

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PRIVATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE

André Rodrigues Guimarães
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
andre@unifap.br

Leila Pio Mororó
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
lpmororo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a expansão das matrículas em cursos de licenciaturas da rede privada, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, entre 2011-2019. Inicialmente, são expostos os elementos centrais que configuram a educação superior brasileira a partir da década de 1990, com destaque para sua expansão privado-mercantil e as perspectivas para o campo da formação de docentes para a educação básica. Em seguida, analisa-se a expansão das matrículas em cursos de licenciaturas, no setor privado, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Em síntese, será evidenciado que a expansão privado-mercantil, no campo da formação de professores, é fortalecida pela utilização da educação a distância (EaD). Isso produz consequências negativas na garantia do direito à educação, ampliando a exclusão social e a desigualdade regional no país.

EXPANSÃO PRIVADO-MERCANTIL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A reestruturação capitalista, com a flexibilização da produção, tem implicado crescentemente em novas demandas e relações laborais (ANTUNES, 2009). Como parte desse movimento efetiva-se também a redefinição do papel estatal na condução das políticas econômicas e sociais, com a adoção do neoliberalismo (HARVEY, 2008). Para responder às demandas desse processo, a educação ganha destaque nas formulações de organismos financeiros internacionais (MAUÉS, 2019). Em tais postulados aponta-se a necessidade de formação humana flexível e polivalente como responsabilidade individual, cuja efetividade é possível com o controle privado-mercantil em sua oferta.

No Brasil, o marco fundamental desse processo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9.394/1996), com regulamentações posteriores

que flexibilizam as normas para garantir a diversificação institucional e privatização (SGUISSARDI, 2009). Mancebo (2015) ressalta o papel do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999, e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído em 2004, no governo Lula (2003-2010). Também a EaD vem sendo utilizada como mecanismos da expansão privado-mercantil, conforme aponta Giolo (2018), em análise do período 2002-2015.

Essa expansão ganhou *lócus* privilegiado nos cursos de formação de professores para a educação básica, sendo paulatinamente transferida das instituições públicas para a esfera privada, predominantemente nas faculdades e centros universitários, em atendimento às demandas do capital (SEKI; SOUZA; EVANGELISTA, 2019). Para responder à necessidade de formação de professores da educação básica, as ações governamentais, a partir da década de 1990, impulsionaram a expansão privada nas licenciaturas (CAMARGO; CASTRO, 2016).

EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS EM LICENCIATURAS PRIVADAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE

Buscando analisar essa expansão nas regiões Norte e Nordeste, os dados analisados através da pesquisa que embasa este texto foram extraídos do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação (MEC). Para isso, foram considerados os números da expansão referente à última década (2011-2019), pois os dados de 2020 não estão disponíveis.

Em 2011, registrou-se no Brasil 6.739.689 matrículas em cursos de graduação, sendo 1.773.315 no setor público e 4.966.374 em instituições privadas. Já em 2019, o número total foi 8.603.824, com 2.080.146 matrículas públicas e 6.523.678 privadas. Em termos percentuais, o crescimento no período foi 27,7% no total, sendo 17,3% no setor público e 31,4% no setor privado.

O crescimento acentuado do setor privado foi proporcionado pela EaD, evidenciando a tendência identificada por Giolo (2018). As matrículas presenciais tiveram pequena evolução (1,9%), passando de 4.151.371 para 4.231.071. A EaD foi ampliada em 181,3%, saindo de 815.003 para 2.292.607. Isso fez com que as matrículas presenciais privadas fossem reduzidas de 83,6%, em 2011, para 64,9%, em 2019, com consequente ampliação da EaD.

A Tabela 1 evidencia que nas regiões Norte e Nordeste também foram as matrículas EaD que impulsionaram a expansão privada. Merecem destaque os dados da região Norte, que em 2019 teve 49,1% das matrículas em cursos EaD ofertados por instituições privadas.

Tabela 1 – Matrículas privadas em cursos de graduação, Norte e Nordeste (2011-2019)

Região	Modalidade	2011		2019		Δ%
		N.	%	N.	%	
Norte	Presencial	217.390	73,0	265.920	50,9	22,3
	EaD	80.514	27,0	256.209	49,1	218,2
Nordeste	Presencial	667.749	82,2	854.781	67,6	28,0
	EaD	144.695	17,8	409.555	32,4	183,0

Fonte: Elaboração da pesquisa a partir do Censo da Educação Superior (INEP/MEC).

No âmbito específico das matrículas nas licenciaturas no setor privado, identifica-se no Brasil expansão geral de 40,5% (enquanto o setor público cresceu 24,4%), passando de 768.000 para 1.079.114. Também foi a EaD a responsável por essa ampliação de 144,3%, saindo de 324.764 para 793.479. Registra-se que esse movimento se deu com a redução de 35,6% nas matrículas presenciais: caindo de 423.236 para 285.635. Esse movimento fez com que o atendimento presencial fosse reduzido de 56,6% para 26,5%. Assim, em 2019, a EaD passou a deter 73,5% das matrículas privadas. Esse cenário reduz a formação de professores da educação básica aos interesses mercantis (SEKI; SOUZA; EVANGELISTA, 2019). Na Tabela 2 estão expostos os dados das regiões Norte e Nordeste.

Tabela 2 – Matrículas privadas em licenciaturas, Norte e Nordeste (2011-2019)

Região	Modalidade	2011		2019		Δ%
		N.	%	N.	%	
Norte	Presencial	26.203	53,3	19.364	17,2	-26,1
	EaD	22.994	46,7	93.445	82,8	306,4
Nordeste	Presencial	57.471	51,9	51.965	26,7	-9,6
	EaD	53.215	48,1	142.563	73,3	167,9

Fonte: Elaboração da pesquisa a partir do Censo da Educação Superior (INEP/MEC).

Os dados demonstram que, em termos relativos, a rede privada tem queda inferior nas matrículas presenciais em ambas as regiões, quando comparado com o índice brasileiro. Entretanto, também merece atenção a velocidade da expansão das matrículas EaD, acima da média nacional: no Nordeste, o índice foi de 167,9% e no Norte, a surpreende marca de 306,4%. São bastante preocupantes os registros, em

2019, de participação dessa modalidade nos cursos de formação de professores na rede privada, com 82,8% e 73,3%, respectivamente, no Norte e Nordeste.

CONCLUSÃO

A expansão privado-mercantil no campo da formação de professores vem sendo fortalecida pela utilização da EaD. Para as regiões Norte, especialmente, e Nordeste esse processo é mais acentuado em termos relativos, quando comparado com os índices nacionais. Tal situação evidencia a ausência de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento social no Brasil.

A ampliação da mercantilização do ensino superior produz consequências negativas na garantia do direito à educação, ampliando a exclusão social e desigualdade regional no país. No âmbito da formação de professores esse processo é ainda mais pernicioso, pois impede a efetivação da necessária profissionalização, que envolve sua valorização e solidez nos processos formativos e amplia as possibilidades de implementação de projetos de cursos alinhados com as visões de educação promovidas pelos setores economicistas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Expansão da educação superior e formação de professores nos estados do Pará e do Rio Grande do Norte. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 119-146, out./dez. 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/4csPZy375ws53rymkhgVmsy/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 abr. 2021.

GIOLO, Jaime. Educação a distância no Brasil: a expansão vertiginosa. **RBPAE**, v. 34, n. 1, p. 73-97, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/82465>. Acesso em: 15 maio 2021.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MANCEBO, Deise. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. 37., 2015, Florianópolis-SC. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2015. Disponível em:

<https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt11-3726.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Ensino superior na ótica dos organismos internacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 13-30, maio/jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/66009/39096>. Acesso em: 20 maio 2021.

SEKI, Alan Kenji; SOUZA, Artur Gomes de; EVANGELISTA, Olinda. O crescimento perverso das licenciaturas privadas. *In*: EVANGELISTA, Olinda *et al.* **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas: Mercado de Letras, 2019, p. 61-106.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.